No final dos anos 40 trazer uma universidade para o interior era considerado grande ousadia para uma cidade com apenas 40 mil habitantes

Gente que faz a história da USP de São Carlos

BEL PATRONIS

Miguel Petrilli, que nasceu em Ibaté e poucos meses depois foi registrado em São Carlos, em 16 de novembro de 1910, era uma pessoa simples e com poucos estudos, como atestam as pesquisas. Ele trabalhou no município e mudou-se para São Paulo em 1947, onde elegeu-se deputado estadual pelo Partido Democrata Cristão, exercendo três mandatos consecutivos até março de 59, quando abandonou definitivamente a política.

Petrilli foi o principal articulador político da criação da EESC (Escola de Engenharia de São Carlos), apresentando um projeto de lei com o objetivo de instalar a primeira universidade do interior paulista. Também teve participação ativa na elaboração da primeira Constituição do Estado, promulgada em 9 de julho de 1947 e foi colega de Ulisses Guimarães, Caio Prado Jr., Mário Schemberg, Ernesto Pereira Lopes, entre algumas das principais personalidades históricas do País.

Foi também o responsável pela transformação da antiga Escola Normal de São Carlos em Instituto de Educação Álvaro Guião, criado nos moldes da Escola Caetano de Campos de São Paulo, agregando vários outros cursos.

Casou-se com Maria Villani Petrilli, com quem teve três filhos. Em São Paulo, antes de se eleger, dedicou-se a atividades imobiliárias, mantendo contato estreito com o interior pela profissão que exercera de lavrador e pecuarista. Morreu na capital, em 16 de julho de 1995, com quase 85 anos, e sepultado no cemitério de São Carlos.

Para os estudiosos da história das principais escolas do município, instalada nos anos 50, a USP abriu caminho para a interiorização do ensino superior no Estado, formando as principais lideranças científicas responsáveis pela evolução tecnológica da região. "Fora muita ousadia para uma cidade com apenas 40 mil habitantes, no final dos anos 40. A posição geográfica, o impulso industrial, as escolas Normal e Profissional contribuíram para a concretização do projeto".

Após muitas mudanças provocadas pelas contingências políticas, a Escola foi criada pela lei estadual 161 de 24 de setembro de 1948. Uma referência nacional na formação de engenheiros, tornando-se um novo instrumento ao florescimento do ensino superior no município. Valorizou o estudo das Ciências Exatas, aproximou a pesquisa das indústrias e introduziu a problemática da Tecnologia no horizonte da tradicional formação técnico-profissional.

Praticamente durante quase duas décadas, a escola ofereceu o único curso de engenharia, possuindo um forte espírito de pioneirismo. Em 1971, depois da reforma universitária de 1968, a faculdade reestruturou-se em departamentos, com novos Institutos - de Física e Química e de Ciências Matemáticas - e com o oferecimento de outros cursos. Dessa forma, a EESC transformou-se num verdadeiro campus universitário.

Números - A USP conta hoje com oito unidades em São Carlos: além da EESC; possui o ICMC – Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação; IESC – Instituto de Física; IQSC – Instituto de Química; CDCC – Centro de Divulgação Científica e Cultural; CISC – Centro de Informática; IEA/SC – Instituto de Estudos Avançados; PCASC e Prefeitura do Campus Administrativo de São Carlos.

Conforme dados estatísticos disponíveis no site, são 2.677 alunos de graduação e 2.520 alunos de pós-graduação, distribuídos em 18 cursos de graduação e 16 programas de pós-graduação, oferecendo 795 novas vagas por ano. Já o corpo docente é composto por 393 profissionais, além de 912 administrativos e operacionais.

Fotos: divulgação

Miguel Petrilli foi o principal articulador político da criação da EESC

A origem da EESC

Em 1947, São Carlos participava de uma movimentação local e regional que visava trazer a universidade para o interior. E liderava essa campanha, embora a idéia não fosse consensual porque tradicionalmente isso era privilégio das capitais mais importantes. As manifestações populares refletiam as iniciativas e articulações dos políticos.

Adhemar de Barros, em sua campanha para governador do Estado, prometera criar uma universidade no interior. Depois de eleito [illegible]iou projeto ao Conselho Administrativo do Estado a fim de ser aprovada a criação da futura universidade do interior - de acordo com a Constituição do Estado que previa o incremento e a disseminação das universidades e de seus estabelecimentos complementares.

O deputado estadual por São Carlos, Miguel Petrilli, entusiasmou-se com a idéia e foi o principal articulador político para a criação da EESC, apresentando à Assembléia Legislativa um projeto de lei a respeito da questão. Em seus argumentos, São Carlos situava-se no centro geográfico do Estado, era uma cidade que apresentava condições climáticas, econômicas e sociais favoráveis para abrigar essa instituição de ensino superior e de pesquisa científica. O mais forte deles, referiu-se às suas instituições educativas, bons grupos escolares, uma escola profissional referência para a região, um ginásio municipal, uma escola de comércio, o tradicional Colégio São Carlos e uma importante escola normal, cujo ensino era tido por todos como quase de nível superior.

O projeto reuniu as lideranças e a população na luta por sua aprovação. Uma luta difícil, principalmente porque encontrava posições contrárias inclusive de outro deputado são-carlense Rubens do Amaral. Jornais da época retrataram sua posição e argumentos, afirmando identificar-se com os interesses superiores do Estado e reconhecendo que várias outras cidades maiores que São Carlos tinham os mesmos direitos. E que por isso não poderia ceder a pressões bairristas.

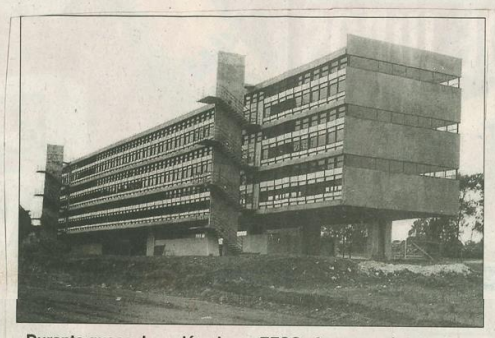
O próprio Conselho Universitário manifestou-se contrário ao projeto de Petrilli por julgá-lo inoportuno e inexeqüível. O deputado entendeu os fortes argumentos e percebeu que sozinho não teria os votos necessários para a aprovação.

Juntamente com outras forças políticas da Assembléia Legislativa, saiu em defesa com modificações no projeto. Os estabelecimentos de ensino superior a serem criados no interior do Estado deveriam estar subordinados à Universidade de São Paulo. E a proposta da criação dos seguintes estabelecimentos: I – Escola de Engenharia, em São Carlos; II – Faculdade de Farmácia e Odontologia, em Bauru ou Taubaté; III – Faculdade de Medicina, em Ribeirão Preto; IV – Faculdade de Direito, em Campinas; Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, em Limeira.

Reformulado, o projeto conseguiu apoio político necessário e foi aprovado, embora não conseguisse convencer o governador Adhemar de Barros, que o vetou, alegando estar em fins de mandato. A Assembléia Legislativa rejeitou esse veto e o governador teve que assinar a Lei Estadual, justamente por causa do compromisso de vários deputados com o projeto.

Dizem os estudiosos que no Brasil há normalmente uma defasagem de tempo entre a criação e a instalação de escolas, especialmente as públicas. Pois a criação é uma atribuição do Poder Legislativo enquanto que a instalação é responsabilidade do Executivo, que destina a verba orçamentária e nomeia o diretor. Não fugindo à regra, a EESC foi instalada quatro anos depois, pela Lei Estadual 1968, de 16/12/52, que definiu sua estrutura administrativa e didática, tendo como seu primeiro diretor o professor doutor Theodoreto de Arruda Souto. Provisoriamente funcionou no prédio pertencente à Sociedade Dante Alighieri, denominado Casa d'Itália, enquanto foram construídos os prédios no terreno doado pela Prefeitura Municipal.

(Fonte: Universidade de São Paulo – Escola de Engenharia de São Carlos – Os Primeiros Tempos: 1948-1971. De Paola Nosella e Ester Buffa. Editora da UFSCar- Fapesp 2000)



Durante quase duas décadas, a EESC ofereceu o único curso de engenharia, possuindo um forte espírito de pioneirismo